

Governar a vida: Da biopolítica à governamentalidade em M. Foucault

Leydi Johanna Marín López¹
Oscar Armando Jaramillo García²

Resumo

Este artigo pretende unir-se às homenagens dedicadas ao legado de Michel Foucault no ano de 2024, que marca o quadragésimo aniversário de seu falecimento. Reconhece a influência duradoura de Foucault nas ciências sociais e nos estudos sociais ao longo das últimas cinco décadas. O texto centra-se em dois de seus conceitos mais ressonantes e amplamente utilizados, com o objetivo de convocar o rigor conceitual que muitas vezes se perde de vista nos estudos sociais contemporâneos, aborda-se a tendência para negligenciar os domínios epistemológicos nas construções teóricas e interdisciplinares. Centra-se particularmente nas categorias de biopolítica e governamentalidade, amplamente utilizadas em vários quadros interpretativos e de investigação, salientando o perigo da sua fetichização conceitual. Mais que afirmar verdades absolutas sobre estas categorias, procura situá-las na sua densidade conceitual e histórica, fomentando diálogos informados e reflexivos que reconheçam sua complexidade

Data de ingresso:
05 de dezembro
de 2024

Data de início:
20 de dezembro
de 2024

Doi: <https://doi.org/10.11600/ale.v16i3.TP836>

pp. 1-32

- 1 Assistente Social, Universidade de Caldas. Mestre em Educação e Desenvolvimento Humano, Universidade de Manizales. Doutoranda em Ciências Sociais, Infância e Juventude, CINDE-Universidade de Manizales. Docente do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano, Universidade de Manizales -CINDE. Docente na Universidade Católica Luis Amigó. Docente de Formação Contínua na Universidad de los Andes. Email: jmarinl219@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0724-3713>
- 2 Pós-doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude. Convênio: Universidad de Manizales-CINDE, Universidad Católica Pontificia de São Paulo, El Colegio de la Frontera Norte e CLACSO; Doutor em Ciências Sociais, Infância e Juventude, menção Summa Cum Laude, Universidad de Manizales-CINDE; Mestre em Ciências Humanas, menção notória, Université Paris-Est Creteil Val de Marne. Mestre em Ciências Sociais, menção meritória, Universidad de Caldas; Mestre em Educação e Desenvolvimento Humano, menção laureada, Universidad de Manizales-CINDE e Psicólogo da Universidad Católica de Pereira. Coordenador Académico do Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude, Centro de Estudos Avanzados em Infância e Juventude da da aliança Universidade de Manizales-CINDE. Docente da linha de doutorado em Socialização Política e Construção de Subjetividades. Temas de investigação: Estudos sobre governamentalidade, processos de subjetivação, coletivização juvenil, práticas artísticas juvenis e gramáticas sociais. Email: oscarjaramillo306@gmail.com; coor.doctorado@cinde.org.co, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6580-7847>



no contexto da analítica foucaultiana. Em última análise, o artigo defende diálogos que preservem o seu significado epistemológico, gerando uma ordem discursiva que respeite a riqueza das categorias foucaultianas, em consonância com uma abordagem de ontologia crítica que procura aprofundar seu significado e relevância no discurso contemporâneo.

Palavras-chave:

Biopolítica, Governamentalidade, Biopoder.



Gobernar la vida: De la biopolítica a la gubernamentalidad en M. Foucault

Resumen

*El artículo se propone unirse a los homenajes dedicados al legado de Michel Foucault en el año 2024, marcando el cuadragésimo aniversario de su fallecimiento. Reconociendo la perdurable influencia de Foucault en las ciencias sociales y los estudios sociales durante las últimas cinco décadas. El texto se centra en dos de sus conceptos más resonantes y de amplio uso, con el objetivo de convocar rigor conceptual que a menudo se pierde de vista en los estudios sociales contemporáneos, se aborda la tendencia a desatender los dominios epistemológicos en las construcciones teóricas e interdisciplinarias. Se enfoca particularmente en las categorías de biopolítica y gubernamentalidad, ampliamente utilizadas en diversos marcos interpretativos e investigativos, destacando el peligro de su fetichización conceptual. Más que afirmar verdades absolutas sobre estas categorías, se busca situarlas en su densidad conceptual e histórica, fomentando diálogos informados y reflexivos que reconozcan su complejidad en el contexto de la analítica foucaultiana. En última instancia, el artículo aboga por diálogos que conserven su sentido epistemológico, generando un orden discursivo que respete la riqueza de las categorías foucaultianas, en **línea** con un enfoque de ontología crítica que busca profundizar en su significado y relevancia en el discurso contemporáneo.*

Palabras clave:

Biopolítica, Gubernamentalidad, Biopoder.

Governing life: From biopolitics to governmentality in M. Foucault

Abstract

The article aims to join the tributes dedicated to Michel Foucault's legacy in the year 2024, marking the 40th anniversary of his death. Acknowledging Foucault's enduring influence on the social sciences and social studies over the past five decades. The text focuses on two of his most resonant and widely used concepts, aiming to summon conceptual rigor that is often lost sight of in contemporary social studies, it addresses the tendency to neglect epistemological domains in theoretical and interdisciplinary constructions. It focuses particularly on the categories of biopolitics and governmentality, widely used in various interpretative and research frameworks, highlighting the danger of their conceptual fetishization. Rather than asserting absolute truths about these categories, it seeks to situate them in their conceptual and historical density, fostering informed and reflexive dialogues that recognize their complexity in the context of Foucauldian analytics. Ultimately, the article argues for dialogues that preserve their epistemological sense, generating a discursive order that respects the richness of Foucauldian categories, in line with a critical ontology approach that seeks to deepen their meaning and relevance in contemporary discourse.

Key words:

Biopolitics, Governmentality, Biopower.



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo pretende juntar-se às diversas homenagens que em 2024 foram realizadas ao pensamento de Michel Foucault. Neste ano se comemora o quadragésimo aniversário da morte do pensador, que faleceu em 20 de junho de 1984, às 13h15, em Paris, no Hospital La Pitié Salpêtrière, aos 57 anos. Apesar do fim prematuro de sua vida, gerou e continua gerando uma influência fundamental no campo das ciências sociais e dos estudos sociais nas últimas cinco décadas em grande parte do mundo. Desta forma, abordamos uma das suas trajetórias conceituais que tem tido grande ressonância, utilização e extensões.

Há neste texto, no entanto, uma pretensão particular de convocar o tipo de rigor conceitual que atualmente é preciso ter presente no mundo das ciências e dos estudos sociais. Isto não significa que não seja assim, mas em nossos contextos próximos e não tão próximos é por vezes ignorado. Nas produções do social sob os conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, embora tenham sido conseguidas construções fundamentais de campos de estudo emergentes, fronteiriços e com grande potencial analítico, em ocasiões, não raras, foram autorizados diálogos que ignoram os domínios epistemológicos de surgimento de certas categorias e discursos (Jaramillo-García, 2012) e se articulam com âmbitos absolutamente opostos ou, pelo menos, não próximos nas suas concepções de conhecimento, verdade, realidade, história, sujeito, objeto, limites, etc.

Construções deste tipo, teóricas, analíticas ou metodológicas que lidam com ferramentas conceituais a partir de um uso geral e sem sentido histórico, excluem o trabalho dedicado do genealogista conceitual que ordena e examina em cada um dos textos sua proveniência ou historicidade particular. É importante, então, pensar que os textos e os conceitos implicam um itinerário no espaço e no tempo, um lugar em que se entrelaçam e que explica seu uso e abuso. (Salinas, 2014).

O foco recai sobre algumas das principais categorias elementais da produção foucaultiana que são hoje amplamente utilizadas em diversos quadros interpretativos e processos de investigação,

como a biopolítica e a governamentalidade. Contudo, a questão com estas categorias não está em sua potência, que não é posta em dúvida, mas sim na sua fetichização conceitual (Virno, 2001), pois quando certas categorias precisam ser utilizadas para compreender e explicar tudo, perdem a sua especificidade e, conseqüentemente, seu potencial interpretativo, a sua força de codificação. Não se pretende, porém, falar da verdade sobre a verdade destas categorias, e sim situá-las em sua densidade conceitual e histórica a partir de uma leitura informada e reflexiva. Desta forma, as categorias em questão são tomadas antes como pontos de partida ou momentos na história das reflexões sobre a relação governo-sujeito-verdade que requerem prolongamentos e diálogos. Assim, se a ideia é realizar diálogos que possam ser múltiplos e criativos, o interesse é que não perca seu sentido epistemológico, que gerem uma ordem discursiva que reconheça a espessura das categorias na análise foucaultiana, daí o interesse deste artigo, que adota uma abordagem arqueológica.

No quadro do desenvolvimento do pensamento de Michel Foucault, a transição para a biopolítica marca uma fase crucial em sua obra, começando com a publicação de *Vigiar e Punir* e atingindo uma nova dimensão com o conceito de biopoder em *A História da Sexualidade*. Este artigo examina a forma como Foucault evolui de uma noção de poder centrada na anatomopolítica, para um entendimento mais amplo e complexo que inclui a biopolítica, a qual integra fenômenos biológicos e sociais dentro do domínio do poder. Através da análise de suas conferências no Collège de France e de outros textos fundamentais, o artigo explora a forma como a biopolítica surge como um eixo central na obra de Foucault, e como esta noção se relaciona e diferencia do conceito de biopoder no seu pensamento posterior.

Primeira transição para a biopolítica: O biopoder

Foucault percorre a disciplina anatomopolítica, os espaços de confinamento e uma norma rígida em *Vigiar e Punir* e publica um ano depois, ou seja, em 1976, seu primeiro volume de *História da Sexualidade*, com o subtítulo *A Vontade de Saber*. Neste texto, no seu último capítulo, *O Direito de Morte e o Poder sobre a Vida*, começa a ser delineado, no seu horizonte conceitual, um

caminho, ainda que breve, fundamental para a abertura de uma nova e poderosa veia analítica. Surge então o conceito de biopoder, que voltará a desempenhar um papel importante em seu curso no Collège de France de 1975-1976, *Em defesa da sociedade* (Foucault, 2006a), especialmente na aula de 17 de março e na primeira aula - 11 de janeiro - de seu curso de 1977-1978, *Segurança, território e população*.

Em primeiro lugar, no seu livro de 1976, Foucault fala sobre como o poder soberano de fazer morrer e deixar viver³ vai evoluindo para um novo tipo de poder, o de fazer viver e deixar morrer. Um poder sobre a vida, como o chama inicialmente o autor francês, e afirma que este poder se desenvolveu sob duas formas principais. Uma que será um tipo de poder que vai tomando forma a partir do século XVII e que se funde nas disciplinas anatomopolíticas do corpo humano, e outra que terá uma configuração mais tardia, de meados do século XVIII, que ataca o corpo da espécie, que se corresponde com os processos biológicos que dão vida à população⁴; ou seja, “uma série de intervenções e de controles regulamentares: uma biopolítica da população” (Foucault, 2002, p. 168). Assim, este poder bipolar “anatômico e biológico, individualizante e especificador, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é matar, mas invadir inteiramente a vida” (Foucault, 2002, p. 169). Assim, Foucault diria que se inicia a era de um *biopoder* que se consolidará de forma articulada como uma grande tecnologia no século XIX.

3 “No fundo quer dizer que, em face ao poder, o súdito não está, por pleno direito, nem vivo nem morto. Do ponto de vista da vida e da morte, ele é neutro, e cabe simplesmente ao soberano a decisão de que o súdito tenha o direito de estar vivo ou, eventualmente, de estar morto. Em qualquer caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos por efeito da vontade soberana. [...] Em suma, o direito de matar possui efetivamente em si próprio a essência desse direito à vida e à morte: quando pode matar, o soberano exerce seu direito sobre a vida. Trata-se, fundamentalmente, de um direito da espada. Nele não há, portanto, uma simetria real” (Foucault, 2006, p. 218).

4 “A proliferação, a natalidade e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida e a longevidade, com todas as condições que possam fazê-los variar” (Foucault, 2002, p. 168).

A primeira entrada sobre o biopoder em *A vontade de saber* indica que Foucault inclui tanto a anatomopolítica como a biopolítica. Esta última se destaca por ser a entrada, no século XVIII, dos fenômenos típicos da vida da espécie humana em meio às teias do conhecimento e do poder, nesta, uma vida que entra, como o corpo entrou, no espaço da política, que é politizada. Logo, é atraente que Foucault em seu curso do Collège de France, *Em defesa da sociedade* (1975-1976), não mantenha esta mesma distinção. Por outro lado, ele irá mudar a forma como o conceito de biopoder é assumido, como se pode ver em uma das sessões da última aula:

Qual é o interesse central nesta nova tecnologia de poder, nesta biopolítica, neste biopoder que está se estabelecendo? [...] A nova tecnologia de poder não tem que lidar exatamente com a sociedade [...] nem com o indivíduo/corpo. Trata-se um corpo novo: corpo múltiplo, corpo com muitas cabeças, se não infinito, pelo menos necessariamente inumerável. É a ideia de *população*. A biopolítica tem a ver com a população, e está presente como problema político, como um problema que é ao mesmo tempo científico e político, como um problema biológico e um problema de poder, acredito que aparece nesse momento [...] Além, portanto, desse grande poder absoluto, dramático, sombrio, que era o poder da soberania, e que consistia no poder de fazer morrer, eis que, com a tecnologia do biopoder, a tecnologia do poder sobre a população como tal, sobre o homem como ser vivo, surge agora um poder contínuo e sábio, que é o poder de *fazer viver*. (Foucault, 2006, pp. 221-222-223)

Com efeito, a variação que o autor vai fazer neste ponto já não implica uma distinção, ou melhor, uma subordinação da biopolítica ao biopoder, mas sim que há uma sinonímia. **Os dois** conceitos, neste ponto da obra, são entendidos como um só⁵ ou então que

5 Neste lugar é importante ter em mente que não há consenso em relação à hipótese aqui proposta, talvez se aproxime um pouco das abordagens do filósofo argentino e editor de vários textos de Foucault, Edgardo Castro, que propõe que Foucault atribuiu um sentido preciso ao termo "biopoder". Reconhece que pode assumir dois âmbitos, um mais amplo que inclui a anatomopolítica e a biopolítica, e um mais restrito em que

não há uma distinção entre eles. No mesmo sentido, ele fará isso em seu curso do Collège de France de 1977-1978 *Segurança, território, população*. Desta forma, em sua primeira aula ele retoma o conceito de biopoder nos seguintes termos:

Este ano gostaria de iniciar o estudo de algo que há um tempo chamei vagamente de Biopoder; isto é, uma serie de mecanismos que me parecem bastante importantes, a saber: o conjunto de mecanismos por meio dos quais aquilo que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais poderia fazer parte de uma política, de uma estratégia política, uma estratégia geral do poder; em outras palavras, como, a partir do século XVIII, a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, consideraram o fato biológico fundamental de que o homem constitui uma espécie humana. Isto é, em linhas gerais, o que eu chamo, o que tenho chamado de biopoder. (Foucault: 2006, pp. 15-16)

A palavra biopolítica, embora não apareça aqui, tem o biopoder como seu equivalente, evidenciado na alusão a um tipo de poder que surge no século XVIII, quando já havia sido proposto em *A Vontade de Saber*, que era a biopolítica que surgiria nesse momento particular. A alusão a um poder que tem como obje-

se torna sinónimo de biopolítica. (Castro, 2011). Embora esta hipótese talvez esteja mais próxima do que defende o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (2010) que propõe que “o próprio Foucault nunca estabeleceu uma diferença conceitual entre *biopoder* e *biopolítica*. São termos que utiliza indistintamente” (p.55). Portanto é preciso considerar que Foucault nunca fez uma pausa específica em sua obra para explicar por que em um lugar usava os termos como subordinados um ao outro e outras vezes como sinônimos. Uma questão que não nos permite falar com tanta exatidão sobre o sentido preciso do termo de que fala Edgardo Castro. Enquanto Cortés, em sua tese de doutorado, vai se referir à abordagem do filósofo colombiano Rubén Sánchez a esse respeito quando aponta que há uma diferença entre biopoder e biopolítica, pois o primeiro se refere a uma forma de racionalidade política e o segundo a um conjunto de tecnologias desenvolvidas por ela (Cortés, 2012, p. 37). Sem ser exaustivos, já que poderia ser feita uma revisão mais ampla devido à grande difusão e reutilização da caixa de ferramentas foucaultiana nestes termos (Agamben, Lazzarato, Espósito), podemos recordar o modo como Hard e Negri a utilizam no seu já citado livro *Império*. Nele, o historiador e o filósofo afirmam que o biopoder se refere à maneira como a vida dos trabalhadores fica a serviço das tecnologias de poder estatal a serviço do capital global, enquanto a biopolítica se refere às possibilidades de resistência ou linhas de fuga criadas diante deste tipo de biopoder (Hard e Negri, 2001).

tivo os traços biológicos característicos que constituem a espécie humana é uma clara menção à população, sem que apareça de forma explícita ou implícita qualquer elemento que faça referência às disciplinas anatomopolíticas. Consequentemente, após o primeiro volume de *História da sexualidade*, Foucault não estabelecerá uma distinção entre biopoder e biopolítica, inclusive será no seu curso *Segurança, território e população 1977-1978* onde falará pela última vez com alguma ênfase sobre o biopoder.

A biopolítica: O poder sobre a vida

Hoje, pós esta abordagem do biopoder, há um desvio ao conceito para o qual o pensador francês se voltava, assim, se marca uma ênfase sobre o que Foucault entendeu como biopolítica⁶, que tem então como antecedente, e não como igual ou alternativo, o biopoder. Desta maneira, a biopolítica na obra foucaultiana terá lugar central em textos como em seu livro já nomeado *História da sexualidade: A vontade de saber* (Foucault, 2002) e em cursos do Collège de France como *Em defesa da sociedade 1975-1976* e nos que foram nominados como *História da governamentalidade Segurança, território e população 1977-1978* e *Nascimento da biopolítica*. Também podem ser encontradas referências em seus *Dits et Ecrits II 1976-1984* (Foucault, 2001).

É preciso dizer que este “conceito”⁷ de biopolítica teve seu início antes da noção de biopoder, de acordo com o que se sabe⁸ sua primeira aparição no léxico foucaultiano acontece em uma conferência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em outubro de 1974 (Castro, 2011; Esposito, 2011). Tal conferência foi denominada *O nascimento da medicina social –La naissance de la médecine sociale–*, nela Foucault pretende demonstrar que

6 É válido esclarecer que este termo, biopolítica, não é uma criação foucaultiana, e segundo Esposito (2011) embora Foucault não o tenha citado, o primeiro a utilizá-lo foi o sueco Rudolph Kjellen (1864-1922) que também cunhou a expressão “geopolítica”.

7 Neste momento ainda não está consolidado como conceito, sendo somente uma menção que como mostrado, passará por um processo de transfo

8 É importante considerar que este “de acordo com o que se sabe” não é simplesmente uma afirmação aleatória, vem do trabalho de um autor como Edgardo Castro que sustenta seus argumentos em uma revisão sistemática e rigorosa da obra publicada de Foucault.

a medicina moderna não é uma medicina individualista, “e sim uma medicina social cujo fundamento é uma certa tecnologia do corpo social” (Foucault, 1999a, p. 365). É neste cenário de problematização que o autor utilizará pela primeira vez a palavra biopolítica:

Defendo a hipótese de que com o capitalismo não se passou de uma medicina coletiva a uma medicina privada, e sim que ocorreu exatamente o contrário; o capitalismo que se desenvolveu no final do século XVIII e início do século XIX socializou um primeiro objeto, que foi o corpo em função da força produtiva, a força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não foi realizado simplesmente através da consciência ou da ideologia, mas foi exercido no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista o mais importante era o *biopolítico*, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade *biopolítica*; a medicina é uma estratégia *biopolítica*. (Foucault, 1999a, pp. 365-366)

Surge, em 1974, um Foucault prestes a publicar o que alguns consideram uma de suas obras mais significativas (Eribón, 2004) e o que ele próprio chamaria o seu primeiro livro *Vigiar e punir*. Não é de se estranhar que associe o conceito de biopolítica às questões que vai apresentar posteriormente no texto mencionado, e que vem à tona em 1975. Em um primeiro momento, a biopolítica surge como algo que tem seu lugar sobretudo no corpo em que se assentam as disciplinas, no entanto, já se vislumbravam na discussão foucaultiana elementos que aos poucos iriam tomando forma na segunda metade da década de 1970. Surgem elementos relacionados ao urbanismo e a cidade degradada, mas também pistas sobre as condições de existência de vida das populações⁹ e do meio em que estas circulam, que depois, em *Nascimento da biopolítica* será conceitualizado como o meio ambiente artificial *milieu*. Embora aqui o conceito de biopolítica

9 “A medicina urbana não foi realmente uma medicina do homem, do corpo e do organismo, e sim uma medicina das coisas, do ar, da água, das decomposições e das fermentações; foi uma medicina das condições de vida do meio de existência” (Foucault, 1999a, p. 378).

não esteja associado a estes elementos, aparecendo apenas na seção citada acima¹⁰.

Não se deve esquecer que o filósofo de Poitiers estava sempre experimentando as suas categorias; de fato, não se pode esperar que um autor tenha absolutamente fechados e definidos seus conceitos e categorias desde o princípio, uma vez que são construções que se desenvolvem ao longo do tempo. Neste sentido, é preciso dizer que esta noção de biopolítica de 1974, como já vimos, assumirá uma nuance diferente em *A vontade de saber* onde é subordinada, juntamente com a anatomopolítica, ao biopoder. Neste cenário a biopolítica é entendida sob um cânone mais bem definido:

Deveríamos falar de “biopolítica” para designar aquilo que dá acesso à vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...] o que poderia ser chamado “limiar da modernidade biológica” de uma sociedade situa-se quando a espécie entra como aposta de seu desenvolvimento em suas próprias estratégias políticas. Durante milênios, o homem continua a ser o que era para Aristóteles: além de um animal vivo, também capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal em cuja política a sua vida como ser vivo é questionada. (Foucault, 2002, p. 173)

De fato, essa biopolítica começa a esclarecer-se no primeiro volume de *História da sexualidade* como uma forma de regulação das populações, tomando medidas massivas e estatísticas que procuram afetar o todo. Isto também se reflete no curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976), onde, como indicado, a biopolítica aparece mais como um sinônimo de biopoder. No entanto, é crucial sublinhar que, neste contexto, a biopolítica está intrinsecamente ligada à questão da “guerra de raças”, conceito que Foucault utiliza para descrever a maneira como o poder opera

10 Entretanto, como afirma Esposito (2011), “o que conta é que todos os textos daqueles anos parecem convergir num conglomerado teórico dentro do qual nenhum segmento discursivo consegue adquirir um sentido completamente perceptível se analisado separadamente ou fora da semântica biopolítica” (p. 46).

através da divisão e hierarquização dos grupos humanos. A biopolítica, portanto, não se limita apenas a processos relacionados com a proporção de nascimentos e mortes, a taxa de reprodução ou a fertilidade de uma população, mas faz parte de uma estratégia mais ampla que inclui a segregação e o controle de diferentes “raças” dentro da população. Esta abordagem biopolítica, que surge a partir do final do século XVIII, envolve a gestão da natalidade, da mortalidade, da morbidade, da longevidade e dos efeitos do ambiente criado pela população para habitar junto a problemas de natureza política e econômica. É neste contexto que a biopolítica se responsabiliza não só pela administração da vida, mas também pela gestão da morte, estabelecendo quem deve viver e quem deve morrer, o que é uma peça-chave na “guerra de raças” que está subjacente a estas dinâmicas. (Foucault, 2006).

A biopolítica visa a população, os fenômenos coletivos que têm um impacto econômico e político sobre a vida como conjunto desta população e o fará através de tecnologias reguladoras; as previsões, estimativas estatísticas, medições globais, tudo o que envolve manter um equilíbrio na população para que não se des controle nem política nem economicamente.

Mais tarde, esta biopolítica que em *Em defesa da sociedade* ainda estava ligada a um modelo bélico de poder¹¹, aparecerá novamente na primeira aula do curso *Segurança, território e população* onde Foucault fala de retomar o que havia chamado

11 É preciso recordar que Foucault em meio às suas reflexões sobre o poder, concebe dois modelos, o modelo de guerra que ele mesmo chamou de Hipótese de Nietzsche e o modelo que aparece como relação estratégica entre liberdades; uma ação sobre ações possíveis, que se enquadra em seus desdobramentos sobre governamentalidade, começando a ganhar protagonismo a partir de 1978 em seu curso *Segurança, território e população* (1977-1978) e em um texto do mesmo ano denominado *A governamentalidade*. De fato, nesse momento de elaboração da categoria de biopolítica, o modelo bélico ainda prevalece em seu discurso que sustenta: “o poder é a guerra, a guerra por outros meios [...] as relações de poder tal como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida num dado momento, historicamente identificável, na guerra e pela guerra [...] A partir do momento em que nos deparamos com relações de poder, não estamos nem no direito, nem na soberania; (*isto é, estamos na anatomopolítica e na biopolítica*) estamos na dominação, nessa relação historicamente indefinida, indefinidamente densa e múltipla da dominação (Foucault, 2006, pp. 28-29-108. Cursivas agregadas)

vagamente biopoder – neste texto continuará tratando o biopoder e a biopolítica como sinónimos¹² como já foi mencionado—No entanto, não há um tratamento específico sobre a biopolítica, no curso se sustenta como necessário o desdobramento de outros conceitos para melhor compreender esta hipótese que aparece agora enquadrada no contexto de emergência da economia política e do liberalismo. Inicialmente, uma abordagem dos mecanismos por meio dos quais a espécie humana entrou no século XVIII, em uma estratégia geral de poder, com a qual pretendia abordar uma história das tecnologias de segurança (Foucault, 2006). Efetivamente, e muito importante para começar a fixar algumas bases que serão retomadas mais adiante, não se pode omitir que a partir da quarta aula, em 1 de fevereiro de 1978, a dissertação girará em torno de uma história da governamentalidade.

No curso seguinte, *Nascimento da biopolítica (1978-1979)*, foi finalmente pressuposto um desenvolvimento do conceito adiado, teve a biopolítica como eixo de toda a discussão. Contudo, à medida que Foucault avança com sua problematização sobre o liberalismo¹³ verá a necessidade de novas ferramentas concei-

12 “E essa irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política, dentro de uma relação de poder é algo fundamental, parece-me, e para concluir me limitarei a um texto de quem foi, sem dúvida, o primeiro grande teórico do que poderíamos chamar biopolítica e biopoder (Foucault, 2006, p. 42)

13 Convém entender este conceito, tal como é apresentado em *Nascimento da biopolítica* sob a seguinte perspectiva: O que quer dizer “autolimitação da razão governamental”? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo consiste em dizer e fazer dizer ao governo: Aceito tudo isso, quero e planejo isso, calculo que não deveria ser tocado? E bem, creio que, em termos gerais, é a isto que chamamos “liberalismo” (Foucault, 2008a, p. 39), ao qual se acrescenta, em nota de rodapé, algo que Foucault não disse no seu curso, mas que constava do seu manuscrito: “É preciso entender essa palavra [liberalismo] em um sentido muito amplo. 1) Aceitação do princípio de que em alguma parte deve haver uma limitação do governo, e que não seja simplesmente um direito externo. 2) O liberalismo é também uma prática: Onde encontrar exatamente o princípio da limitação do governo e como calcular os efeitos dessa limitação? 3) O liberalismo é, num sentido mais restrito, a solução consistente de limitar ao máximo as formas e os âmbitos de ação do governo. 4) Para terminar, o liberalismo é a organização dos métodos transitórios adequados para definir a limitação das práticas de governo:

- Constituição, parlamento;

tuais, as tecnologias liberais de governo, para poder abordar este fundamento. Realiza assim um novo movimento que deixa a biopolítica em reticências, tal como afirma em sua primeira aula:

Acreditei que este ano poderia fazer um curso sobre biopolítica: Tentarei mostrar-lhes que todos os problemas que estou tentando identificar atualmente têm como núcleo central, claro, aquilo que chamamos de população. Consequentemente, é a partir daí que se pode formar algo semelhante a uma biopolítica. Mas parece-me que a análise da biopolítica só pode ser feita quando tiver sido compreendido o regime geral dessa razão governamental de que estou falando, esse regime geral a que podemos chamar de questão da verdade, primeiramente da verdade econômica dentro da razão governamental; e finalmente, se for claramente compreendido do que se trata neste regime que é o liberalismo, oposto à razão de Estado – ou melhor, [que] a modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos – uma vez que se saiba o que é este regime governamental chamado liberalismo, será possível, parece-me, compreender o que é a biopolítica. (Foucault, 2008a, pp. 40-41)

Um novo suspense sobre a biopolítica e uma nova abordagem da governamentalidade, neste caso, há uma referência a essa nova racionalidade que surge a partir do século XVIII; ou seja, a governamentalidade assume a nuance de um tipo particular de racionalidade moderna para pensar as artes de governar que acompanham o capitalismo em sua etapa liberal e neoliberal. No decorrer do curso de história dos sistemas de pensamento, Foucault, que adota uma abordagem conceitual, descrita por ele mesmo como movendo-se lateralmente como um caranguejo, chega a um ponto na sétima aula, em 7 de março, onde

-
- Opinião, imprensa;
 - Comissões, investigações. (Foucault, 2008^a, p. 27)

Uma das formas da governamentalidade moderna. Caracteriza-se pelo fato de que, em vez de deparar-se com limites formalizados por jurisdições, [dá (?)] [sic] a si própria limites intrínsecos formulados em termos de veridicção” (Foucault, 2008a, p. 39).

reconhece que o tempo não lhe permitirá aprofundar o conceito de biopolítica tal como havia planejado inicialmente. A este respeito, comenta: “Asseguro-lhes que, apesar de tudo, tinha realmente a intenção, no início, de falar de biopolítica” (Foucault, 2008a, p. 218). Em vez disso, no entanto, decide concentrar-se se mais extensivamente na análise do neoliberalismo, abordando-o através do conceito de governamentalidade.

Há então uma poderosa mudança em Foucault, que terá a ver com as próprias relações de poder, pois o conceito de governamentalidade é uma grade de análise dessas relações no lugar da forma de conduzir o comportamento dos homens. Pode-se dizer com Castro-Gómez (2010) que:

O projeto inicial de uma genealogia do biopoder (“nascimento da biopolítica”) é postergado, inclusive abandonado, para abrir caminho a uma *história da governamentalidade* que tratará de como as tecnologias liberais serão responsáveis por controlar a vida nas sociedades ocidentais. Podemos dizer, finalizando, que o conceito de biopolítica é *provisório* na obra de Foucault e cumpre uma função de “ponte” entre o modelo bélico e o modelo governamental. (p. 63)

Pode-se dizer que esta biopolítica que foi tão popularizada em Foucault, não é mais que uma categoria que permaneceu em formação em meio às elaborações Foucaultianas. É talvez esta reflexão uma que, diferentemente de seu período inicial no Collège de France até 1975 e seu período final de 1980 até 1984, não se traduziu em livros, pois a primeira deu origem a *Vigiar e punir* (Foucault, 1984) e a segunda, aos dois últimos volumes de *História da sexualidade*, o que não ocorreu com os cursos de 1976 a 1979, onde aparece a reflexão sobre a biopolítica¹⁴. Embora Foucault fosse questionado por Dreyfus e Rabinow em 1983 sobre se não seria lógico que ele começasse a escrever uma genealogia do biopoder. Sua resposta foi “Não tenho tempo agora, mas

14 Ou seja, há uma lacuna nesta ordem de obras principais sobre biopolítica e governamentalidade. É claro que é preciso sublinhar que a biopolítica, como já foi dito, teve somente breves abordagens no último capítulo do primeiro volume de *História da sexualidade*.

poderia ser feito. De fato, é preciso escrevê-la” (Foucault, 2013a, p. 127) o que, devido à sua morte precoce, nunca foi possível.

Cabe ressaltar que não podemos perder de vista o fato de que a biopolítica abriu veias de investigação importantes e que, assim, tornou-se uma via para o desenvolvimento de conceitos-chave na obra foucaultiana. Portanto esses movimentos não poderiam ser tomados simplesmente como uma superficialidade do autor, por outro lado, essas extensões, subordinações, incardinações e montagens conceituais que Foucault estende, permitem compreender a maneira como esse pensador experimenta seus conceitos no meio de suas oficinas históricas, de suas pesquisas. Nelas podemos ver a reflexão constante sobre a própria terminologia, que é reelaborada e refinada a cada passo da problematização. Assim, além de pensar em uma superficialidade de Foucault, devemos pensar no rigor e na dinâmica com que ele empreende suas elaborações, onde aplica essa espécie única de curiosidade “que vale a pena praticar com certa obstinação: não aquela que procura assimilar o que é conveniente saber, e sim a que permite distanciar-se de si mesmo” (Foucault, 2003b, p. 12). Onde assume que a questão de saber “se se pode pensar diferentemente de como se pensa e perceber diferentemente de como se vê, é indispensável para continuar contemplando ou refletindo” (Foucault, 2003b, p. 12).

Com esse pensamento experimental chegamos a um conceito, ou melhor, a uma grade de análises como a de governamentalidade –que se detalhará adiante–, que teve a biopolítica como o ponto de transição entre a concepção de poder da Hipótese de Nietzsche, onde o modelo bélico era o lugar, a uma concepção de poder, propriamente governamental, que tem a ver com a conduta de alguns homens sobre outros e do sujeito sobre si mesmo, será, assim, um jogo de ações sobre ações e não mais apenas uma relação de dominação. Do mesmo modo, neste deslocamento, é preciso esclarecer desde logo que governamentalidade e biopolítica não são sinónimos, pois a segunda se refere ao poder sobre a vida, enquanto a primeira se refere à gestão da vida (Castro-Gómez, 2011 em Cortés e Marín, 2011, p. 10).

Além disso, antes de encerrar esta seção, é possível ampliar com Castro-Gómez alguns elementos da biopolítica que podem levá-la além de um poder que só se exerce no “nível biológico da espécie”¹⁵, o que pode ser muito útil para analisar as sociedades disciplinares, mas não as sociedades de controle, que é o que acontece com esta explanação:

Algo muito diferente acontece quando já não falamos de sociedades disciplinares, mas de sociedades de controle, no sentido indicado por autores como Gilles Deleuze e Maurizio Lazzarato. E particularmente quando queremos pensar no significado do “governo da vida” no quadro das políticas neoliberais. Pois este tipo de governo já não tem nada a ver com a reprodução “biológica” da espécie através da disciplinarização dos corpos e da administração estatal de variáveis como o nascimento, a doença, a morte etc., mas com a gestão do “capital humano” por meio da criação de um milieu (governo à distância) em que são os próprios sujeitos que se comportam como “empresários de si mesmos”. Por isso Lazzarato afirma que a categoria de biopolítica já não funciona para a análise das práticas governamentais nas sociedades de controle e propõe utilizar, em troca, o conceito de *noopolítica* (Lazzarato, 2006). “Particularmente, e compreendendo que nas sociedades de controle é colocada outra concepção de “vida”, sugeri que o conceito de biopolítica pode continuar sendo útil, desde que seja entendido como “*governo da intimidade*” no quadro das tecnologias neoliberais de conduta comportamental”. (Castro-Gómez, 2011, em Cortés e Marín, 2011, p. 11)

Sobre esse assunto, surge no filósofo colombiano uma compreensão do conceito de biopolítica que permite estendê-lo ao que se categoriza como sociedades de controle. Estas sociedades de controle que começaram a ser referenciadas por Deleuze

15 Isso tal como foi demonstrado em *A vontade de saber e Em defesa da sociedade* nas áreas biológicas da população como natalidade, mortalidade, morbidade, longevidade etc.

em 1990¹⁶, como substitutas na dominação das sociedades disciplinares, e que hoje continuam sendo pensadas em termos do contemporâneo e dos seus novos dispositivos e estratégias por autores como Lazzarato (2006; 2007) e o próprio Castro-Gómez (Castro-Gómez, 2011, em Cortés e Marín, 2011). Neste contexto quando a biopolítica entra para ser entendida em meio às tecnologias neoliberais de governo, transpassa os limites do biológico e, com isso, surge de mãos dadas com técnicas de administração empresarial cujo objetivo é o governo da molecularidade da vida (Castro-Gómez, 2011, em Cortés e Marín, 2011, p. 12). Em tudo isto, temos que ver finalmente a biopolítica como um governo da intimidade que já passou pelo crivo da governamentalidade.

A governamentalidade: Gestão da vida

Afirma-se, principalmente, que a governamentalidade, da mesma forma que outros conceitos que aparecem em meio a este pensamento telúrico, este pensamento que está em constante movimento, vai tomando forma para ser refinado e ampliado (Jaramillo-García, 2020). Então Foucault desenvolverá o conceito a partir de seus cursos *Segurança, território e população 1977-1978* e *Nascimento da biopolítica 1978-1979*, que pelo tratamento que deram ao conceito em questão foram denominados *História da governamentalidade* (Castro-Gómez, 2010). Foucault não vai adiar esse desafio conceitual, deixando-o em pausa como fez com a biopolítica, mas sim ampliá-lo em outros textos, nos quais estende novamente seu campo analítico; ou seja, após o curso de 1979¹⁷ começou a redirecionar seu olhar, incorporando em sua problematização a ética e as formas de subjetividade, espaço onde continua usando para esses cenários as visões das artes de governo (Castro-Orellana, 2023).

De fato, a governamentalidade tem um antecedente a não perder, com o qual faz referência particular ao poder pastoral que

16 O texto onde este ponto é exibido é o seu *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (Deleuze, 1995).

17 Faz-se referência aos cursos ministrados entre 1979 e 1984 e aos dois últimos volumes de *História da sexualidade*.

se torna uma fonte de táticas que serão reapropriadas por outras racionalidades governamentais. Logo, vale dizer que:

O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território; por definição, se exerce sobre um rebanho. [...] O poder pastoral é exercido essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento. [...] Por um lado, o pastor deve manter os olhos em todos e em cada um, *omnest et singulatim*, o que será precisamente o grande problema das técnicas de poder no pastorado cristão e das técnicas de poder, digamos, modernas. (Foucault, 2006b, pp. 154-157)

Essa alusão mostra como o pastorado foi sobretudo uma forma de governar os homens, de orientá-los, guiá-los e conduzi-los passo a passo coletiva e individualmente ao longo da vida (Foucault, 2006b) no que supera uma ação unicamente sobre o espaço das leis e do território, transcendendo a população a partir de técnicas de abordagem massivas e individualizantes. É por isso que Foucault vê no pastorado um prelúdio à governamentalidade, pois lê no seu jogo de veridicção a salvação, a lei e a verdade. Linhas de poder que permitem formas particulares de relacionamento entre os homens, bem como a visão de um sujeito atado a malhas de obediência em que a extração da sua verdade é impulsionada por uma ação que deve realizar sobre si mesmo. Estes instrumentos serão então acoplados a outras novas racionalidades sob outras estratégias, assim como para a razão de Estado que começa a despontar no século XVI e depois para a racionalidade governamental econômica que emerge no século XVIII e que aqui é tomada como exemplo.

Pensando em primeira instância no governo sobre todos, há um sentido de governamentalidade moderna, onde Foucault propõe:

Por “governamentalidade” entendo o conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de poder tão específica e complexa que tem como objetivo principal a população, como forma primária de conhecimento, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “gover-

namentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não deixou de conduzir, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder que pode ser chamado de <<governo>> sobre todos os demais: a soberania, disciplina; o que conduziu por um lado, ao desenvolvimento de toda uma série de aparatos governamentais específicos e, por outro ao desenvolvimento de toda uma série de conhecimentos. Por último, creio que por “governamentalidade” teria que ser entendido o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o estado de justiça da Idade Média, convertido nos séculos XV e XVI em Estado administrativo, tornou-se gradualmente “governamentalizado”. (Foucault, 1999b, p. 195)

A ideia de governamentalidade, *surge inicialmente* como um princípio de diferenciação do poder soberano; portanto, distancia-se daquelas formas de governo que colocavam seu problema principal ou no vínculo entre o príncipe e os seus súditos, entre a concepção fortemente legalista de um Estado que pretendia emular a forma de administrar a família ou em um Estado que se preocupava, como no feudalismo, com a segurança, mas fundamentalmente com seu território. Assim, no século XVIII, onde se consolidou essa configuração de governamentalidade que vinha em ebulição desde os séculos XV e XVI, pode-se compreender como se estrutura uma racionalidade a partir das práticas de governamentalidade que toma a população como um de seus problemas políticos centrais. Logo, para o regime de práticas governamentais, a população é pensada em termos biopolíticos; ou seja, a biopolítica aparece graças à emergência dos processos de governamentalização no centro das relações de governo das sociedades. Por essa razão, para que a arte de governar o Estado seja apropriada, é necessário que a população possa ser regulada em meio aos processos biológicos que determinam perdas, ganhos e lucro para os objetivos do governo.

Como segundo ponto, a economia política aparece como um saber específico que “permitiu assegurar a autolimitação da razão governamental” (Foucault, 2008a, p. 30). Desta forma, há uma transição do mercantilismo do século XVII, que invocava um forte controle do Estado sobre as dinâmicas do mercado, para a proposta dos fisiocratas (século XVIII) que abriu caminho ao que viria a ser o liberalismo e, posteriormente o neoliberalismo. Esta

economia política vai instalar-se na prática governamental em função de seus efeitos e não em função daquilo em que poderia ser baseada em termos de direito. Do mesmo modo, fala de uma certa naturalidade das leis do mercado que devem ser respeitadas pelo Estado. O Estado deve intervir na medida do necessário, e não além disso, deixando assim que as leis do mercado atuem livremente.

Realmente foram os fisiocratas que “mostraram que existem processos económicos “naturais” que escapam à regulação do Estado” (Castro-Gómez, 2010, p. 138) portanto, a regulação, em vez de beneficiar, “dificulta” ao intervir naquilo que não se sabe como funciona, pois, a economia não funciona a partir da lei, mas a partir da natureza do fenômeno. Nesse sentido:

Tanto para o Estado quanto para os indivíduos, a economia deve ser um jogo: um conjunto de atividades regulamentadas..., mas em que as regras não são decisões que alguém toma pelos demais. Trata-se de um conjunto de regras que determinam a forma como cada um deve jogar um jogo cujo resultado é, em última instância, desconhecido por todos. A economia é um jogo e a instituição jurídica que a enquadra deve ser considerada como a regra do jogo. El *rule of law* e o Estado de direito formaliza a ação do governo como fornecedor de regras para um jogo econômico cujos únicos participantes, e cujos únicos agentes reais, têm de ser os indivíduos ou, digamos, se preferirem, as empresas. (Foucault, 2008a, pp. 208-209).

Antes de tudo, é preciso estender a questão para fora do tempo dos fisiocratas, pois esses mesmos parâmetros vão operar, e até mesmo se agudizar, em racionalidades como o capitalismo liberal e depois o neoliberal, onde se mostrará, se quisermos, o mais forte enfraquecimento da Razão de Estado em favor da economia. O neoliberalismo é então entendido como o conjunto de práticas governamentais que se conectam e, em certa medida, fazem uso do Estado para assegurar o livre desenvolvimento do seu jogo de mercado. Onde o Estado aparece como aquela forma que não pode mais ter controle total e direto sobre o mercado, o qual se

move sob a sua própria lógica e a interferência do Estado pode não ser vista como uma boa jogada. Nisto o Estado começa a ser subjugado até certo ponto pela dinâmica do mercado e do consumo. Agora, em meio a estes sistemas de regras, o neoliberalismo dá preponderância aos interesses do indivíduo, que supostamente fazem parte da sua natureza humana e, por isso, não podem ser julgados moralmente (Zuluaga-Arboleda e Jaramillo-García, 2023). Já que, como propôs Adam Smith, são movidos por uma mão invisível¹⁸ que move as cordas do jogo segundo uma ordem natural que termina favorecendo a todos, abrindo assim uma porta ao *homo œconomicus* e ao empresariado de si mesmo.

A segunda metade do século XVIII verá o nascimento das tecnologias de segurança; umas tecnologias de segurança que vale a pena enfatizar, não eliminam totalmente outros tipos operacionais de poder, mas sim, como afirma Foucault (2006b):

Não temos de modo algum uma série em que os elementos sejam sucessivos e onde os que aparecem fazem desaparecer os anteriores. Não existe era jurídica, não existe

18 É relevante destacar algo sobre esta teoria da mão invisível de Adam Smith, que nas análises foucaultianas se mostra de suma importância para compreender a governamentalidade neoliberal e o quadro em que se enquadra este *homo œconomicus*. A este respeito, Foucault (2008a) enfatiza sobretudo a invisibilidade da mão, que assume ser “a ideia, portanto, de que existe algo como uma transparência essencial nesse mundo econômico e que, se a totalidade do processo escapa a cada um dos homens econômicos, há pelo contrário, um ponto em que o todo é completamente transparente a uma espécie de olhar, o olhar de alguém cuja mão invisível, segundo a lógica desse olhar e do que vê, amarra os fios de todos os interesses dispersos” (p. 321). Neste mesmo sentido, é importante destacar também que “para que haja a certeza do ganho coletivo, para que haja a segurança de alcançar o maior bem para o maior número de pessoas, não só é possível, mas absolutamente necessário que cada um dos atores esteja cego para essa totalidade. Deve haver incerteza no nível do resultado coletivo de cada um para que esse resultado coletivo positivo possa ser efetivamente esperado. A escuridão e a cegueira são uma necessidade absoluta para todos os agentes econômicos. A invisibilidade não é simplesmente um fato que, por causa de algumas imperfeições da inteligência humana, impede as pessoas de perceberem que nas suas costas existe uma mão que determina ou amarra o que cada um faz por si mesmo. A invisibilidade é absolutamente indispensável. É uma invisibilidade em virtude da qual nenhum agente econômico deve ou pode buscar o bem coletivo” (Foucault, 2008a, p. 322).

era disciplinar, não existe era de segurança. Não temos mecanismos de segurança que substituam os mecanismos disciplinares, que por sua vez tenham substituído os mecanismos jurídico-legais. De fato, há uma série de construções complexas em que a mudança afetará, evidentemente, as próprias técnicas que serão aperfeiçoadas ou, em todo o caso, complicadas, mas o que vai mudar (...) é o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. (p. 23)

O terceiro elemento deste primeiro momento da governamentalidade terá a ver com as tecnologias que surgem depois das que tinham a função fazer morrer e deixar viver, a soberania e aquelas que haviam assumido o poder em seguida e tinham o corpo como objeto, as disciplinas anatomopolíticas. Acontece, então, que essas sociedades disciplinares (que mais tarde serão marcadas pelo fordismo e pelo taylorismo no liberalismo e pelo trabalho imaterial e setores terceirizados no neoliberalismo) e o mundo do confinamento, da vigilância e do exame, não vão sendo completamente substituídos, mas sim terão uma mudança no comando, surgindo um novo dominante nas formas de fazer funcionar as relações de poder.

Diante desse cenário, aquela anatomopolítica que caracterizou as sociedades de confinamento perdeu seu lugar de privilégio como lugar estratégico para fazer funcionar o poder, entra em seu lugar outra lógica operacional que usa de acordo com suas necessidades e regula de acordo com seu enquadramento. Portanto, nas sociedades de controle, não é no confinamento que se pretende exercer um determinado tipo de controle, é ao ar livre onde se pretende influenciar o comportamento dos sujeitos.

Governamentalizar os comportamentos

A governamentalidade da relação existente entre segurança-governo-população que faz a população emergir como objeto político juntamente com os processos biológicos que a determinam, como tema da economia política e como estratégia para as tecnologias de segurança, será ampliada nas obras de Foucault depois de 1979, como já foi mencionado. Uma forma refinada de conceber as relações de poder em meio aos espaços governamentais pode

ser vista em um Foucault que aguça seu olhar, onde elas aparecem como “um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros. Em vez disso, atua sobre ações: uma ação sobre uma ação sobre ações existentes ou outras que possam surgir no presente ou no futuro” (Foucault, 1983 em Dreyfus e Rabinow, 2001, p. 253).

Da mesma maneira, trata sobre apoderar-se, pela violência ou sub-repticiamente, de um sistema de regras que não tem significado essencial em si mesmo e impor-lhe uma nova direção, sujeitá-lo a uma nova vontade, fazendo-o entrar em outro jogo e submetê-lo a segundas regras (Foucault, 1994). Isso pode ser observado no campo das relações de poder, conforme ilustrado na citação a seguir:

Talvez a natureza equívoca do termo *comportamento* seja uma das melhores ajudas para concretizar a especificidade das relações de poder. Porque o comportamento é, ao mesmo tempo, conduzir outros (de acordo com mecanismos de coerção, que são, em graus variados, rigorosos) e uma forma de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em guiar as possibilidades de conduta e organizá-las com a finalidade de obter possíveis resultados. Basicamente, o poder é menos uma questão de confronto entre dois adversários ou de vínculo entre um e outro, que uma questão de governo. [...] Governar, nesse sentido, é estruturar um campo de ação possível para outros. (Foucault, 1983, em Dreyfus e Rabinow, 2001, p. 254)

Verdadeiramente fica claro que as relações de poder nada têm a ver com a violência, guerra ou contratos que são renovados por consentimento mútuo, mas com o governo que implica liderar a outros através de comportamentos estrategicamente concebidos. Um desenho de um sistema de regras de jogo que permite uma ação à distância e não diretamente sobre o corpo, dando lugar a um campo virtual de ações em que se espera que o outro atue; ou seja, acaba sendo uma questão de estatística e de probabilidades que certos comportamentos, sob uma determinada estratégia, sejam manifestados e outros não. Igualmente, é preciso

afirmar que este campo de ações não é um poder contra qual seja inútil revoltar-se, nem é um poder em que as alternativas de reação sejam simplesmente um efeito reflexo desse mesmo poder, não sendo, portanto, um poder total. Pelo contrário, os sujeitos governados a partir de medidas políticas e econômicas com estratégias que afetam a população e seus processos multi-dimensionais, a partir de dispositivos que envolvem tecnologias de governo, terão a possibilidade de agir sobre as ações exercidas sobre eles, surgindo assim a liberdade dentro das relações de poder:

O poder só é exercido sobre sujeitos livres que se deparam com um campo de possibilidades em que podem ser desenvolvidas várias formas de conduta, várias reações e diversos comportamentos. [...] Consequentemente, não há uma confrontação direta entre poder e liberdade que seja mutuamente exclusiva (a liberdade desaparece onde o poder é exercido) mas sim uma inter-relação muito mais complexa. Neste jogo, a liberdade pode aparecer como condição para o exercício do poder (e ao mesmo tempo, a sua pré-condição, uma vez que a liberdade deve existir para que possa ser exercida, também como o seu suporte permanente, uma vez que sem possibilidade de resistência o poder seria equivalente à determinação física). Por esta razão, as relações entre o poder e a recusa de se submeter à liberdade não podem ser separadas (Foucault, 1983 em Dreyfus e Rabinow, 2001, p. 254)

Esta reflexão na essência da governamentalidade sobre as relações de poder permite que apareça no horizonte algo mais do que as relações de poder de uns homens sobre outros. A liberdade, pensada como esse lugar que se encontra no meio de uma relação agonística com o poder, indica como pode existir a possibilidade de resistência, como não existe um governo total, mas a liberdade aparece como um lugar que deve ser constituído a partir de uma política da verdade que questione o poder sobre seus discursos de verdade e a verdade sobre os seus efeitos de poder (Foucault, 2003c), problematizando o que é dado como

necessário e abrindo caminho a outras práticas de constituição da subjetividade.

Diante dessa análise, é possível pensar em uma problematização da governamentalidade que se estende ao território da subjetividade, onde Foucault diz que o seu “objetivo foi criar uma história das diferentes maneiras pelas quais, na nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (Foucault, 1983, em Dreyfus e Rabinow, 2001, p. 241). Nos termos de Deleuze (1987), evocando Kant, prossegue dizendo que Foucault se propôs três questões fundamentais sobre estas formas de produção de subjetividades: O que posso saber? O que eu posso fazer? Quem sou eu? A pergunta pelo saber e a maneira como as objetivações do sujeito foram produzidas a partir de diferentes discursos das ciências humanas, a pergunta pelas relações de poder e os modos de objetivação do sujeito a partir de práticas divisórias e a pergunta pelos processos de constituição da subjetividade como possibilidade de que o sujeito possa ter algum papel no trabalho de constituir-se a si mesmo, mas também que possa ser sujeito em meio aos processos de saber-poder-verdade que ocorrem nos espaços governamentais (Foucault, 2003a)¹⁹, um cenário em que aparecem aqueles ecos das técnicas individualizantes de obediência cristã, mas também reverberações das estéticas da existência que tomaram forma nas práticas helenísticas e romanas, e que estavam ligadas a uma preocupação por si mesmo deliberada. Assim, este último momento implica nas práticas de liberdade, práticas de si sobre si que possibilitam processos de subjetivação entendidos como a alternativa à constituição de uns sujeitos a outros, em resistência, e por outro lado, se veem processos de sujeição onde os discursos e modulações do poder querem produzir o sujeito estrategicamente e para determinados fins (Jaramillo-García, 2015; Jaramillo-García, 2018). Deste modo, é possível

19O que também poderia ser entendido da seguinte forma: “Ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade que nos constitui como sujeitos de conhecimento (*Histoire de la folie, Naissance de la clinique, Les mots et les choses*). –Ontologia histórica de nós mesmos nas relações de poder que nos constituem como sujeitos que atuam sobre os outros (*Histoire de la folie, Surveiller et punir*). –Ontologia histórica de nós mesmos numa relação ética através da qual nos constituímos como sujeitos de ação moral (*Histoire de la folie, Histoire de la sexualité*) (Morey, em Foucault, 1990, p. 25).

dizer que há uma forma mais elaborada de governamentalidade nos trabalhos dos últimos anos que é muito bem captada em *A hermenêutica do sujeito*:

Se tomarmos a questão do poder, do poder político, e a situarmos na questão mais geral da governamentalidade - a governamentalidade entendida como um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo e não simplesmente político - e, portanto, se entendermos por governamentalidade um campo estratégico de relações de poder, naquilo que têm de móveis, de transformáveis, de reversíveis, creio que a reflexão sobre esta noção de governamentalidade não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo elemento de um sujeito que se definiria pela relação de si para consigo. Enquanto a teoria do poder político como instituição remete comumente a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade - isto é, a análise do poder enquanto conjunto de relações reversíveis - deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si consigo próprio. Isso quer dizer, simplesmente, que, no tipo de análise que venho tentando propor há algum tempo, poderão ver que: relações de poder-governamentalidade-governo de si e dos outros - relação de si consigo mesmo, constituem uma cadeia, uma trama, e que é aí, em torno destas noções, que devemos ser capazes de articular, creio, a questão da política e da ética. (Foucault, 2008b, pp. 246-247)

Com efeito, é possível afirmar categoricamente, a partir do próprio autor, que a governamentalidade tem a ver tanto com o governo de uns homens sobre outros quanto com o governo de um sujeito sobre si mesmo. Isto implica em que devemos tomar a questão da política em termos de governo, como uma forma de agir sobre todos e sobre cada um²⁰, assim, não se governa somente a população, a sociedade civil, mas também que as artes de governo e, em especial, a governamentalidade neoliberal-

20 Aquele preceito que foi postulado nas práticas do poder pastoral - *omnest et singularim* - e que é retomado pela governamentalidade neoliberal.

ral se preocupam com as formas como aquilo a que, em certos discursos chamamos “eu”, “indivíduo” ou “sujeito” se relaciona consigo mesmo. É necessário, então, enfatizar que essa relação de si consigo mesmo, que Foucault chamou de ética, segundo o quadro governamental em que se encontra, pode ser a possibilidade de uma estética da existência ou terminar fazendo parte de uma estratégia de governo que se distancia dessas maneiras de querer constituir o sujeito como único e livre.

Conclusões

Pode-se dizer após esses panoramas que as categorias e os conceitos foucaultianos, assim como os conceitos de muitos pensadores que dedicaram suas vidas a problematizar questões do conhecimento ou, a despeito de Foucault, a gerar uma obra, requerem um tratamento criterioso que lhes permita não abusar excessivamente das categorias e, assim, colocá-las nos lugares dos domínios para os quais foram produzidas. No entanto, isto não pretende ser uma espécie de dogma, pelo contrário, implica a própria problematização das categorias com que trabalhamos, a possibilidade de reconstituí-las e de destruí-las caso a dinâmica dos acontecimentos já não sejam absolutamente reconhecidas nelas. A questão é que se espera que este trabalho seja feito com o mesmo respeito e rigor com que os teóricos deram vida às suas produções intelectuais.

Seria pertinente, neste caso particular, assumir estes conceitos como uma pluralidade de pontos de força, como multiplicidade com valor local e prático. “Segundo a contundente e metafórica expressão de Deleuze (aceita por Foucault), a <<teoria>> é <<exatamente como uma caixa de ferramentas>>” (Lanceros, 1996, p. 16). Sendo assim, não se parte de um sistema fechado e definido com categorias finalmente encontradas que conseguem ler a realidade de forma definitiva, sempre e em todos os lugares, mas de um instrumento, uma lógica própria que nos permite abordar as relações de poder, aliás, ferramentas que podem, em certos pontos, provocar um curto-circuito em tais relações de poder ou de dominação. E, se necessário, podem fazê-lo a partir de uma montagem com fundo epistemológico,

uma máquina com outras ferramentas, enquanto <<caixa de ferramentas>>, é sua ligação a um domínio da exterioridade que dá sua importância específica ao livro, à teoria, ao mesmo tempo em que renuncia às suas pretensões de colocar, propor ou impor um *Imago Mundi*; ferramenta junto a outras ferramentas, a escrita, o trabalho teórico, o livro, existem para serem testados fora de si mesmos e em conexão múltipla, local e plural com outros livros, com outras tarefas teóricas, com outras escritas. (Morey, 1987, em Deleuze, 1987, pp. 12-13)

Sob estes postulados, a caixa de ferramentas abre-se nas suas possibilidades de interconexão com outras apostas reflexivas, tem o poder de articular-se com outras escritas que estejam na mesma chave. Não tem ligação com qualquer outra escrita, espera-se que as articulações realizadas nestes jogos de experimentação categorial se inscrevam em um sistema de regras ou lógica de produção de conhecimento. São convocadas para este quebra-cabeças somente aquelas peças que não desarmonizam na possibilidade de expandir as figuras; é um jogo epistemológico e criativo.

É, então, este ponto da reflexão sobre a caixa de ferramentas que dá sentido a este tipo de escrita, pois é preciso dizer, como já se sabe, que os conceitos de biopolítica e de governamentalidade não morrem com Foucault, são antes potentes veias que dão lugar a fortes linhas de pensamento de autores muito diversos. No entanto, é importante ter em conta a extensão da elaboração conceitual alcançada pelo pensador de Poitiers caso se queira seguir tal caminho epistêmico e categorial.

Referências

Castro, E. (2011). *Diccionario Foucault. Temas, conceptos y autores*. Siglo veintiuno editores.

Castro-Gómez, S. (2010). *Historia de la gubernamentalidad: Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault*. Siglo del Hombre Editores.

- Castro-Gómez, S. (2011). La educación como antropotécnica. Discusiones contemporáneas. En R. Cortés y D. Marín (Comp.), *Gubernamentalidad y educación. Discusiones contemporáneas* (pp. 9-16). IDEP.
- Castro-Orellana, R. (2023). *Dispositivos Neoliberales y Resistencia*. Herder Editorial.
- Deleuze, G. (1987). *Foucault*. Editorial Paidós.
- Deleuze, G. (1995). *Conversaciones 1972-1990*. Pre-Textos.
- Dreyfus, H. y Rabinow, P. (2001). *Michel Foucault: Más allá del estructuralismo y la hermenéutica*. Ediciones Nueva Visión.
- Eribon, D. (2004). *Michel Foucault*. Editorial Anagrama.
- Esposito, R. (2011). *Bíos: Biopolítica y filosofía*. Amorrortu editores España. S.L.
- Foucault, M. (1984). *Vigilar y castigar: Nacimiento de la prisión*. Siglo XXI Editores.
- Foucault, M. (1990). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Editorial Paidós.
- Foucault, M. (1994). *Microfísica del poder*. Planeta-Agostini.
- Foucault, M. (1999a). *Obras esenciales Vol. II: Las estrategias del poder*. Editorial Paidós.
- Foucault, M. (1999b). *Obras esenciales Vol. III: Estética, ética y hermenéutica*. Editorial Paidós.
- Foucault, M. (1999c). *Obras esenciales Vol. I: Entre filosofía y literatura*. Editorial Paidós.
- Foucault, M. (2001). *Dits et écrits, 1976-1988*. Gallimard Edition.
- Foucault, M. (2002). *Historia de la sexualidad Vol. I -La voluntad de saber*. Siglo XXI Editores.
- Foucault, M. (2003a). *El yo minimalista y otras conversaciones*. Editorial la Marca.

Foucault, M. (2003b). *Historia de la sexualidad Vol. II - El uso de los placeres*. Siglo XXI Editores.

Foucault, M. (2003c). *Sobre la ilustración*. Editoriales Tecnos.

Foucault, M. (2006a). *Defender la sociedad*. Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2006b). *Seguridad, territorio y población*. Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2008a). *El nacimiento de la biopolítica*. Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2008b). *La hermenéutica del sujeto*. Fondo de Cultura Económico.

Foucault, M. (2012). *Michel Foucault el poder, una bestia magnífica: sobre el poder, la prisión y la vida*. Siglo veintiuno editores S.A.

Foucault, M. (2013a). *Michel Foucault la inquietud por la verdad: escritos sobre la sexualidad y el sujeto*. Siglo XXI Editores.

Foucault, M. (2013b). *Michel Foucault ¿Qué es usted, profesor Foucault?: sobre la arqueología y su método*. Siglo veintiuno editores S.A.

Hardt, M y Negri, T. (2001). *Imperio*. Ediciones desde abajo.

Jaramillo-García, O. A. (2012). El discurso sobre interdisciplinariedad en el programa de psicología de la U.C.P. ¿Un discurso aséptico? *Textos y sentidos* (4), 39-61. <https://revistas.ucp.edu.co/index.php/textosysentidos/article/view/980/960>

Jaramillo-García, O. A. (2015). Las prácticas de sí contemporáneas como herramienta conceptual para indagar las formas de subjetivación. *Textos y Sentidos* (11). <https://revistas.ucp.edu.co/index.php/textosysentidos/article/view/307/296>

Jaramillo García, O. A. (2018). Pensar el presente en clave de ontología crítica: multiplicar la subjetividad. *Plumi-*

Ila Educativa, 22(2), 121-136. <https://doi.org/10.30554/plumillaedu.2.2890.2018>

Jaramillo-García, O. A. (2020). *Prácticas artísticas y modos de subjetivación: Cuerpos apasionados y cuerpos vibrantes*. Universidad de Manizales

Lanceros, P. (1996). *Avatares del Hombre: El Pensamiento De Michel Foucault*. Editorial Universidad de Deusto.

Lazzarato, M. (2006). *Políticas del acontecimiento*. Tinta Limón.

Lazzarato, M. (2007). *La filosofía de la diferencia y el pensamiento menor*. Editorial Universidad Central – IESCO y Fundación Comunidad.

Morey, M. (1987). Prólogo. En G. Deleuze, *Foucault*. Editorial Paidós.

Salinas, A. (2014). *La semántica biopolítica: Foucault y sus recepciones*. Cenaltes Ediciones.

Virno, P. (2001). *Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Traficantes de sueños.

Zuluaga-Arboleda, W. M. y Jaramillo-García, O. A. (2023). El nacimiento de un ave: Agenciamientos artísticos expansivos en el barrio Otún-San Judas de Dosquebradas, Colombia. En S. V. Alvarado y O. A. Jaramillo-García (Eds.), *Violencias, contra-hegemonías y re(ex)istencias en clave de niñeces y juventudes latinoamericanas* (Vol. 1, pp. 277-333). CLACSO.